

Senador Ney Braga

A morte de Robert Kennedy e os nossos rumos

A morte do Senador Robert Kennedy não poderia, pelas circunstâncias em que ocorreu, esgotar-se nos necrológios e nas homenagens que se multiplicam pelo mundo, nem limitar-se, em suas conseqüências, ao que teria acontecido se o jovem candidato à Presidência dos Estados Unidos fôsse eventualmente derrotado nas eleições primárias do Estado da Califórnia e, como anunciara semanas antes, decidisse pela inviabilidade de sua candidatura. Estamos habituados a encarar os Estados Unidos como uma civilização pragmática e é difícil e insólito vê-los sob o prisma da tragédia. A herança americana que recebemos e absorvemos foi a da grande revolução da independência dos Estados Unidos, fonte de inspiração da revolução francesa e, igualmente, da emancipação das antigas colônias da América espanhola e portuguesa. Em quase duzentos anos, os Estados Unidos só nos deram, contrastando com o êxito de suas instituições republicanas e democráticas, um único e escasso exemplo de explosão dramática de seus conflitos internos: o assassinato do Presidente Abraham Lincoln ao fim da Guerra Civil. Nos cem anos que se

seguiram, outros presidentes sofreram atentados e tiveram morte violenta, mas foi apenas a partir de 1963, ano da morte de John Fitzgerald Kennedy, que se percebeu a mão do destino sobre a história de um povo cujas batalhas políticas internas sempre encontravam um denominador comum nos mecanismos habituais da democracia representativa.

Duas guerras mundiais, um desastre financeiro e social como o de 1929, uma revolução como o "New Deal" de Franklyn Roosevelt, em 1932, uma reforma como a que foi decretada em 1954 pela Côrte Suprema ao ordenar a integração racial em tôdas as escolas não interromperam nem perturbaram a sucessão regular de governos eleitos. Enquanto, neste século, a França teve três repúblicas e o próprio Reino Unido foi obrigado pela guerra a adiar eleições nacionais, os Estados Unidos deram ao mundo o exemplo de que a continuidade e a lei não são obstáculos e sim estímulos ao desenvolvimento, às transformações e ao progresso social. Enquanto a radicalização ideológica levava a Itália e a Alemanha ao pesadelo do fascismo e do nazismo, os Estados Unidos encontravam na prática de sua Constituição o caminho para conter os abusos do capital e afirmar os direitos do trabalho. Enquanto a velha Rússia czarista esvaía-se em sangue e via sua revolução social sufocar sob a opressão stalinista, os Estados Unidos faziam da redistribuição de sua riqueza mais um instrumento de suas liberdades.

Para não dar a impressão de que procuro construir mentalmente um paraíso inexistente, para não omitir dêsse quadro admirável o que êle teve de injusto e odioso creio que não precisaria ir a outros exemplos e exceções se considerasse com inteira franqueza e honestidade o problema dos conflitos raciais.

A derrota dos Estados confederados na Guerra de Secessão assegurou aos negros aquilo que, antes mesmo da Constituição de 1789, a Declaração da Independência proclamava em 1776 em benefício de todos os americanos: o direito à igualdade e à liberdade. Mas a morte de Lincoln e os traumas da guerra permitiram que nascesse e florescesse, nesse país de grandes preocupações éticas, o subterfúgio jurídico que substituiu a escravidão pela segregação. Cerca de trinta anos depois da morte de Lincoln, a Côrte Suprema consagrou o princípio "iguais, mas separados", que condenaria os negros, sobretudo nos Estados do sul, a um isolamento e a uma degradação humilhante.

Para revogar essa condenação, que perdurou por várias décadas, não foi preciso que os negros oprimidos e as fôrças liberais revoltadas se empenhassem em nôvo conflito armado. E, em 1954, a própria Côrte Suprema reconsiderou seu veredicto, agora para declarar a segregação incompatível com a igualdade. Em 1960, em plena campanha eleitoral, submetendo-se ao risco de ser derrotado nos Estados do sul, um dos candidatos protestou publicamente contra a prisão pelas autoridades da Georgia, do Pastor e futuro Prêmio Nobel da Paz Martin Luther King. Esse candidato era o Senador e futuro Presidente John Fitzgerald Kennedy e sua intervenção foi sugerida, sustentada e levada às últimas consequências por seu irmão, o futuro Ministro da Justiça e Senador Robert Kennedy. Hoje, êsses três homens estão mortos.

Política ou não, na intenção imediata de seus executores, a violência que os vitimou é um fenômeno político em suas origens. Êsses homens se transformaram em alvos, e de alvos em vítimas, porque representavam idéias. Poucos

como êles simbolizavam com tanta nobreza, com tanta firmeza e com tanta generosidade as grandes idéias do humanismo cristão que construiu o mundo ocidental. Não o limitado mundo ocidental da geografia da guerra fria, mas a civilização que evoluiu da turbulenta irreverência do renascentismo até êsses monumentos de sabedoria e justiça que são as encíclicas papais contemporâneas que foram escritas para serem instrumentos de entendimentos entre os homens e nunca motivos de incompreensões que só destroem.

Vivemos uma década na qual a democracia tem difíceis testes a enfrentar e o fará bem sucedida, pois tem doutrina a inspirar inovações no sentido de aperfeiçoá-la. Terá, também, capacidade de compreender e absorver a revolução desencadeada no mundo pelo progresso científico dêste século e entenderá que a explosão demográfica que hoje se processa em escala mundial não deve assustar mas também não deve enganar. Sua primeira lição é que os jovens começam a tornar-se maioria numérica e portanto não podem e não devem ser encarados como massa de manobra de nossos inimigos políticos.

O universo mental dos nossos filhos não é mais o que foi o nosso, no passado. Com um mínimo de humildade, seremos obrigados a reconhecer o legado que temos de um mundo dividido, no qual, como dizia, não um jovem, mas o amadurecido e enancado Sir. Winston Churchill, as grandes potências voltaram a fazer, depois da guerra, tôdas as tolices que as levaram a ela. O melhor, talvez, dêsse legado foram os recursos científicos e tecnológicos que acumulamos, desenvolvendo a experiência das gerações passadas, para construir um mundo sem miséria; mas não se teve imaginação, inteligência ou coragem para evitar a monótona repetição de conflitos semelhantes aos do passado. Só no campo da energia atômica, dispomos de armas capazes de destruir várias vezes as principais cidades do mundo; mas ainda não dispomos de usinas capazes de desenvolver nossas economias a ponto de vencer o velho temor maltusiano da falta futura de alimentos para populações em fase de aumento explosivo.

O papel a assumir é o de resolver êsses problemas a partir de uma perspectiva humanística, a nossa velha perspectiva, adaptada agora às exigências de um mundo em veloz mutação. Em certo sentido, foi por serem espiritualmente jovens que homens como Martin Luther King, John Kennedy e Robert Kennedy pagaram com a vida a ousadia de enfrentar o que o passado tinha de morto, em nome do que tem de vivo.

Não creio, por isso, que tenhamos o direito de voltar as costas aos dramáticos acontecimentos das últimas semanas. O que poderia acontecer com a morte de Robert Kennedy nos EE.UU, até uma guerra civil, felizmente não aconteceu. Na França, parece afastado o perigo da anarquia, que o General De Gaulle conjurou com energia e compreensão. Mas a França, como reconheceu seu Primeiro-Ministro, jamais voltará a ser a mesma: ao mudar, muda necessariamente para melhor, pois teve a sabedoria de ouvir a voz de sua história passada e de perceber o futuro. Também os Estados Unidos jamais voltarão a ser os mesmos: assim como o sangue de John Kennedy selou não uma volta ao passado e sim um grande passo rumo ao futuro — a lei de direitos civis de 1964, o sangue de Luther King e de Robert Kennedy poderá abrir o processo de uma revolução daqui para a frente incruenta que, como já se disse, faça da sociedade mais livre do mundo uma de suas sociedades mais justas.

O que acontece, o que acontecerá na França e nos Estados Unidos, da mesma forma que o que aconteceu nos outros países estremecidos pela aparente violência de sua renovação, mas não batidos nem intimidados pelo medo do futuro, tem muito a ver com o que acontece ou deixa de acontecer em nosso País. "Nada do que é humano me é estranho" — dizia Santo Agostinho, e essa verdade milenar deve manter-nos com os sentidos despertos para o quadro de nossos dias: como se os ponteiros do relógio passassem a girar em velocidade muito superior à habitual, vemos o futuro tomar forma aos nossos olhos. E qual é o futuro que nos espera?

Está em nossas mãos construí-lo? Que tipo de sociedade pretendemos? O Brasil está no momento exato para formular o projeto político de seu destino. Sabemos que nada se constrói na desordem, na indisciplina, no desrespeito à autoridade.

E também que falhará essa construção se alheia da vontade nacional. Não esquecemos que "se há na vida de um povo algo de antigo, profundo, que possua a qualidade de educar o homem e fortificá-lo frente aos acontecimentos que o esperam, não se pode dizer que é revolucionário ignorá-lo" e por isso a nossa nova sociedade será democrática, respeitará a dignidade da pessoa humana e os princípios de liberdade e justiça.

A análise do que acontece no mundo, a nossa história, a vocação nacional, parece traçarem um rumo que nós, da ARENA, levaremos por certo em conta nos próximos dias, em Convenção, que definirá a nossa doutrina partidária. Lembrar-nos-emos que não se resolvem problemas sem enfrentá-los com decisão e que o "deixar para amanhã" é incompatível com o momento que vivemos. Fixaremos uma doutrina e um programa entendendo que são para o futuro do Brasil.

E não somos, todos sabemos, os únicos responsáveis pela construção da nova sociedade brasileira para o que a convocação é de total amplitude.

No Brasil de hoje, essa convocação não se exprime, é lógico, apenas através de um partido — é, acima de todas as divergências circunstanciais, um patrimônio político comum que une Governo e Oposição, ARENA e M.D.B., jovens e velhos num pacto não escrito, não formalizado, mas presente a todas as consciências: o da rejeição comum da indisciplina, da violência, o da rejeição comum do ódio, o da formulação comum de um projeto político que nos assegure o direito de viver numa sociedade livre, independente e justa.

Esse patrimônio vem do melhor do nosso passado, da capacidade que sempre tivemos de solucionar, pacificamente, os nossos maiores conflitos. Esse passado não poderemos nem queremos rejeitar. Esse passado deve estar presente ao nosso espírito quando recebemos o impacto da morte de um homem como Robert Kennedy. O melhor, o mais honesto, o mais ambicioso tributo que podemos prestar a esse homem que tanto se afligiu com o nosso futuro, será construir aqui a sociedade pela qual ele se sacrificou em seu país. Assim como as revoluções sangrentas se exportam pelo exemplo, assim também o exemplo das revoluções sem sangue pode atravessar fronteiras e continentes. A nossa revolução, a revolução que exportamos, deve ser a construção de um país feita com energia, mas sem violências, com compreensão mas sem tibiezas, sem egoísmos, enfim, um país do qual nos orgulhemos diante do mundo.